

ARTIGO

SECAS, MIGRAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO SEMI-ÁRIDO NA LITERATURA REGIONAL: POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DOS SERTÕES DO NORDESTE BRASILEIRO

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão acerca do movimento migratório de trabalhadores nordestinos, a partir da década de 1930. Não obstante certa historiografia tenha frequentemente atribuído como a causa dessa prática as pressões naturais/climáticas peculiares a um clima semi-árido, a literatura a aponta como decorrente das ingerências política e econômica locais, que viriam à tona ou eram intensificados nos períodos de secas prolongadas. Trata-se de desconstruir idéias deterministas que situavam a migração como decorrente apenas do clima, erigindo a imagem de uma natureza “hostil”, “adversa” e “imutável”, responsável pelos maiores problemas dessa sociedade. Nesse sentido, busca-se apreciar na literatura a forma como, simultaneamente, dos encontros criativos advindos da humanização do bioma Caatinga pelas culturas híbridas surgidas da formação pluriétnica dos homens dos “sertões”, surgiam estratégias transculturais e reordenamentos outros que permitiam a sobrevivência biológica e cultural naqueles regimes específicos de historicidade.

Palavras-chave: História ambiental, Semi-árido, migração, Literatura regional

¹Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG; Graduada em jornalismo pela UEPB e concluinte do curso de Licenciatura em História da UFCG; Bolsista pela Capes. E-mail: catyburiti@yahoo.com.br

²Doutor em história e culturas políticas pela UFMG; professor do curso de graduação, do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em História e do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (mestrado e doutorado) da UFCG. Pós-doutorando em História pela UFPE. E-mail: j.otavio.a@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Brasil, ao longo de sua trajetória histórica e social de auto-representação oficial e politicamente independente, quase nunca reservou para um quadro de privilégio as paisagens do semi-árido nordestino. Isso, talvez, porque elas não corroborassem as representações do verde, como o que figura em nossa bandeira, tão caras, no Império, ao “nacionalismo florestal” de um José Bonifácio de Andrada e Silva, ou, mais tarde, na República, ao patriotismo naturalista de propaganda de um conde republicano como Afonso Celso, famoso escritor do paradidático dos anos de 1910 intitulado “Porque me Ufano de meu País”. A caatinga, entretanto, reúne um conjunto de ecossistemas de variegada biodiversidade, agregadores de biotas raras e endêmicas, que formou cenário de parte significativa das movimentações e encontros transculturais que teceram o cotidiano de lutas e invenções criativas de um contingente significativo da população brasileira.

Historicamente, as secas prolongadas típicas do Semi-árido do Nordeste brasileiro acompanharam a trajetória das gerações de homens e mulheres que se sucederam nesse espaço e que criaram/desenvolveram características múltiplas para assegurar a sua sobrevivência em meio a essas especificidades climáticas. O objetivo deste artigo é analisar na literatura regional do Nordeste brasileiro dos anos de 1930, a história dos movimentos migratórios de nordestinos em direção ao Sul do país e às terras da Amazônia como uma alternativa encontrada para fugir não necessariamente a essas “adversidades” naturais, mas aos (des)mandos político e econômico locais, intensificados nos momentos das secas prolongadas. Trata-se de desconstruir idéias deterministas que situavam a migração como decorrente apenas do clima, erigindo a imagem de uma natureza “hostil”, “adversa”, “imutável” e responsável pelos maiores problemas dessa sociedade, buscando-se apreciar na literatura regional, sobretudo na obra *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, a forma como, simultaneamente, dos encontros criativos advindos da humanização do bioma Caatinga pelas culturas híbridas surgidas da formação pluriétnica dos homens dos “sertões”, surgiam estratégias transculturais e reordenamentos outros que permitiam a sobrevivência biológica e cultural naqueles regimes específicos de historicidade.

Levando-se em consideração que a paisagem possa ser um texto em que gerações sucessivas escrevem suas obsessões recorrentes, buscar-se-á na literatura regional dos anos 1930, atingir as historicidades que a permeiam em relação ao modo como as comunidades percebem e interagem com os fenômenos climáticos e com a natureza semi-árida. Espaço marcado por incertezas e vulnerabilidades em decorrência das grandes secas, o Semi-árido recebeu das populações que o habitaram naquela delimitação temporal circunscrita, um conjunto de idéias e valores em relação aos aspectos da cultura, do homem e do meio ambiente que perpassaram os usos e práticas associadas a apropriação dessa natureza. Estes serão tematizados ao longo deste artigo.

Entre as cinco macro-regiões fisiobiogeográficas do país, o bioma Caatinga constitui-se como a que possui os mais fortes contrastes sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Entre as contradições e fragilidades que marcam a vida neste território, a estiagem pode ser destacada como um dos principais fenômenos da natureza que acentuam os problemas sociais da região, levando-a a apresentar os mais elevados índices de pobreza do país. Convém ressaltar, no entanto, que esses problemas sociais não decorrem, em última instância, das especificidades naturais regionais, pois, esses personagens que o habitaram interagiam e criavam astúcias de convivência com esse ambiente. A questão reside na forma como os sertanejos eram explorados pelos grupos oligárquicos rurais aos quais estavam subordinados e que monopolizavam os recursos naturais como as terras para cultivo e pecuária, os reservatórios de águas, etc.

O processo de desmatamento das zonas semi-áridas nordestinas, provocado pela ação humana, somados às características climáticas específicas deste bioma, marcadamente, às condições ecológicas das secas com cujas temperaturas altas degradavam os solos, salinizando-os, apresenta este território como uma das áreas do Brasil mais degradadas e com fortes tendências à desertificação. (MARIANO NETO, 2001).

Localizada em área tida como de alta susceptibilidade e alta ocorrência do processo de desertificação, a região do Semi-árido do Nordeste brasileiro, além de sofrer a ação dos processos naturais de degradação, passa por níveis

intensos de antropização, principalmente no que se refere aos processos de agriculturização e pecuarização. Dentre estes, os desmate e desflorestamento intensivos para ampliação de áreas agrícolas e de pastagem; o uso intensivo do solo; o desrespeito a capacidade de suporte animal nas pastagens nativas e artificiais; a presença acentuada de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água e mananciais e o surgimento de núcleos de salinização.

Dificilmente a *Questão Ambiental* permeia as discussões sobre Questão Agrária, Política Agrária e Reforma Agrária e este tema é problematizado apenas no meio acadêmico, geralmente dissociado dos atores envolvidos nas discussões acima citadas. Só recentemente, dispositivos legais foram enviados no sentido de coibir a profusão de Projetos de Assentamento em áreas onde o quadro natural não permita as sustentabilidades, econômica, social e ambiental (PEREIRA, 2006).

As raras políticas públicas direcionadas para a Caatinga sempre têm enfatizado o uso alternativo do solo em detrimento do manejo florestal e dos sistemas agroflorestais, verdadeiras vocações do Bioma. Numa proposta de política pública mais realista e direcionada é preciso a avaliação econômica dos recursos ambientais existentes para que só assim se possa ter idéia de estoque, de uso imediato e de uso futuro. No ritmo de devastação atual é possível que em determinados locais (núcleos de desertificação) só seja possível a valoração do passivo ambiental existente. Entretanto, mesmo na valoração de passivos se faz necessário à valoração de áreas próximas e integras do ponto de vista ambiental, para que só assim se possa realizar a devida comparação (PEREIRA, 2006).

Na obra *O campo e a cidade*, publicada no final dos anos 1980, o crítico literário e de cultura inglês, Raymond Williams, examina, na história e na literatura, as alterações ocorridas nas relações entre campo e cidade na Inglaterra durante as extensões oitocentistas da Revolução Industrial e dos cercamentos. Seu objetivo é descrever e analisar como comunidades historicamente variadas, cristalizaram e constelaram idéias, atitudes emocionais, imagens e associações positivas e negativas em torno desses dois modos de vida humanos freqüentemente contrastados.

Tomando como ponto de partida reflexivo uma das obras-primas da literatura regional do Nordeste brasileiro, *Vidas Secas* (1938), romance de

Graciliano Ramos, este trabalho consiste em analisar como o fenômeno das secas que historicamente marcaram a região alterou as relações estabelecidas entre campo e cidade, levando governos e populações a buscarem alternativas para solucionar a fome, a sede, a doença e o desespero trazidos à tona nos períodos de secas prolongadas.

É importante evidenciar que a abordagem aqui encetada encerra a análise da história das migrações e seus significados. O Sul se transformou no “Eldorado mítico” de milhares de nordestinos expulsos do Semi-árido em busca da “terra desconhecida e civilizada”, cartografia imaginária instituída como intuito de fugir às adversidades cotidianas com as quais se deparavam. Essa migração se deu, também, em direção ao Norte, à Amazônia. Durante o governo de Getúlio Vargas, as autoridades do Estado Novo passaram a incentivar a migração de trabalhadores nordestinos para se dirigirem aos seringais da Amazônia. Elaborou-se, então, uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promovia a colonização da região, bem como seu saneamento.

A partir da seca de 1877 e durante todo o final do século XX, quando o Nordeste passou a ser significado como “região-problema” no cenário nacional, diversas destas propostas de “solução contra os efeitos das secas” passou a ser defendida pelos grupos de poder político e econômico dessa configuração territorial, entre eles a migração ou evacuação do espaço em busca de lugares com clima “sadio”. Os destinos dos migrantes nesse momento eram variados: ora para outras províncias, especialmente para a Amazonas, o Pará ou as colônias agrícolas que seriam fundadas em regiões de clima mais ameno no Meio Norte, sobretudo, no Maranhão e Piauí foi a partir desse período que a floresta amazônica passou a ser palmilhada pelos sertanejos do Nordeste; ora para as regiões de Brejo ou para as zonas litorâneas da própria região, áreas menos suscetíveis à escassez de chuvas. Sobre isso, lembremos, por exemplo, José Lins do Rego que, já nos anos 1930, ao escrever sobre a civilização açucareira, de base patriarcal e escravocrata que se desenvolveu na Zona da Mata do Nordeste, em determinados trechos de

sua obra corrobora essas visões elaboradas pela elite litorânea a respeito do Sertão, retomando aquela dicotomia assinalada por Freyre de que pelo menos dois nordestes podem ser delimitados na história da região: o açucareiro e o pecuarista. Em *Usina*, o romancista relata sobre os sertanejos “que haviam descido em bandos, trazendo as mulheres e os filhos” para trabalhar nas várzeas de cana-de-açúcar, por ocasião da seca no Sertão naquele ano, onde eram aterrorizados pela fome e epidemias. Chegavam em situação de miséria “como verdadeiros cacos humanos” e “vinham trabalhar por um quase nada que lhes desse para comer e beber”, pois “sertanejo só se lembrava da várzea nos tempos de seca”, mas logo que os relâmpagos apontavam nas cabeceiras do rio Paraíba, retornavam para as suas “terras chovidas e felizes” pois “com chuva a terra deles se tornava um presente do céu”. (REGO, 2002. p. 167; 216; 335-336).

Esses fragmentos literários demonstram que embora o sertão fosse um lugar feliz para se viver, nos anos de seca uma das alternativas que restava aos sertanejos era se retirarem para o Litoral. Fugindo das pressões sociais intensificadas nos períodos de seca, os retirantes buscavam as cidades maiores do Sertão, que serviam como entrepostos comerciais, à procura de ajuda. Embora o Sertão fosse percebido pelos moradores dos canaviais como terra de “desterro”, que “nem água tinha” e a terra era “dura para trabalhar, cheia de pedras”, com as primeiras chuvas os sertanejos retornavam àquela região que se tornava um “presente do céu”. Nesse sentido, observa-se que mesmo nessa literatura sobre o litoral, a seca é situada como a causa de todos os “pavores” na vida dos sertanejos, confirmando toda aquela conotação fatalista que mencionada anteriormente no que se refere às representações do Sertão nos períodos de seca.

Nesse cenário, observa-se que diversas alternativas apontadas por políticos, comerciantes e latifundiários da região como “solução” para o “problema” das secas do Semiárido, são carregadas de conotações negativas sobre o espaço do Sertão. Os próprios sertanejos eram pejorativamente chamados de “flagelados”, que “invadiam” os grandes centros urbanos como “desocupados” que se tornavam uma “ameaça” à “ordem” e à higiene enfaticamente propalada pelos médicos e sanitaristas daquele período.

Isto se torna compreensível se levarmos em consideração que, nas primeiras décadas do século XX, muitas cidades nordestinas, alimentavam o ideal de higienizar e modernizar seus ares, a fim de atingirem maiores estágios de *civilidade*, tais como outras cidades brasileiras que, sob inspiração das elegantes urbes européias, levavam a efeito as propaladas reformas urbanas. E, para higienizar esses ambientes urbanos, principalmente, quando se tratava das capitais dos Estados, era necessário disciplinar os fluxos e segregar populações pobres em espaços modestos e afastados. No discurso médico-higienista, o pobre, “flagelado”, não teria recinto nesses centros, que buscavam, através de certas conquistas materiais e simbólicas, modernizarem-se; daí os diversos incentivos públicos implementados para manter os sertanejos em suas terras. (VILLA, 2000, p. 57; p. 146).

Assim, se em fins do século XIX e no início do XX, a noção de evacuação desse território através da migração constituiu-se na tônica dos projetos políticos, a partir dos anos 1930, a nova reordenação econômica do país caracterizada pelo processo urbano-industrial do Sudeste, redefiniram o programa de migração, desta vez direcionada para aquela região, conseqüentemente, as representações elaboradas a respeito do Semiárido ganharam novas roupagens, embora permanecesse sob a tônica de significar a região como seca, “inóspita e desértica.

Observa-se, neste ponto, que essa migração não se deu, exclusivamente, por conta de fatores climáticos ou da seca. Ela se calcou, também, nos regimes de centralização da propriedade dos recursos hídricos por parte de uma elite secular que comandava as relações de mando locais e a sucessão política ao nível dos Estados. A Revolução política de 1930, centralizou o poder na Presidência da República, indicando interventores designados para o lugar dos antigos “presidentes de Estado”, na tentativa de quebrar o poder das elites locais organizadas. De 1937 a 1945, o Brasil viveu sob o comando da ditadura estadonovista do Presidente Getúlio Vargas. Partindo de um enorme investimento estatal, o maior país das Américas sulinas caminhava para a construção do seu parque industrial de base, erigindo siderúrgicas, fundando uma companhia de Petróleo, centrando as preocupações do Estado na organização de programas de prospecção de

recursos naturais, na tentativa de racionalizar a exploração do território. Compreender as particularidades dos biomas do Brasil Central, era, então, uma necessidade imperiosa. Um grande programa de migração orientada para o Oeste foi implementado. Culturas indígenas isoladas eram contatadas pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, um dos condutores da empreitada de estabelecer populações nos territórios de fronteira, para que estas garantissem a soberania nacional sobre eles. Como observou Warren Dean, desde o século XVI, a ocupação do território nacional havia se concentrado no litoral. O Nordeste interior havia sido ocupado de forma esparsa para uma pecuária de extensão que produzia poucos impactos ambientais. À cultura sertaneja e nordestina que aí se estabeleceu, Capistrano de Abreu, célebre historiador cearense do final do século XIX, chamou, em seu *Capítulos de História Colonial: a Civilização do Couro*.

A economia nacional abandonava a secular orientação agrário-exportadora e caminhava no sentido de variegar as fontes e alvos de investimento. São Paulo, uma pequena vila no século XIX, conheceu, a partir de meados do século XX, o movimento migratório que a faria a megalópole referencial do Sudeste brasileiro. A maior parte desse fluxo migratório veio do Nordeste. Por meio desse êxodo rural, que, de forma diferente, alcançou espaços variados do território nacional, o Brasil despovoava sistematicamente suas “roças”, superpovoando suas cidades. Este movimento de migração do campo para a cidade, iniciado com a abolição da escravidão, influenciou a formação dos bairros pobres e morenos das megalópoles do Sudeste e do Sul. Negros alijados da cidadania plena, lançados a um mercado de trabalho que não conseguia absorver a todos se juntaram a nordestinos emigrados em favelas, mangues e cortiços do sul.

O trabalhador rural do Nordeste brasileiro, ao longo da história, lutou, cotidianamente, contra as adversidades provocadas pelo clima, escassez de água e alimentos, carência econômica ou insensibilidade política. Ademais, a seca decantada e utilizada estrategicamente pelas elites locais, é apenas uma faceta da problemática, não obstante sociólogos, agraristas e antropólogos afirmarem não ser problema conviver com a situação, uma vez que é possível criar mecanismos que possibilitem um relação harmônica com as intempéries.

Atualmente, o debate sobre a movimentação do trabalhador nordestino, em particular, os que se deslocam das áreas rurais, no espaço geográfico brasileiro tem gerado controvérsias nos debates acadêmicos e governamentais. Questiona-se se a desruralização progressiva é um fato ou, de maneira hodierna, vem ocorrendo um retorno do nordestino migrante-rural à sua região de origem.

O foco do debate pode ser direcionado para a discussão de duas teses, quais sejam: a corrente que defende que vem ocorrendo um retorno ao campo dos trabalhadores que migraram para as cidades; e a outra, que advoga a tese do envelhecimento e masculinização do homem do meio rural nordestino. Tais teses devem ser desnudadas, de forma integrada com o processo de vulnerabilidades econômico-sociais e ambientais, redescobrimo-se as potencialidades de desenvolvimento da região rural nordestina. Essa argumentação integrada poderá contribuir com a proposição de alternativas para a fixação do trabalhador rural em sua região de origem. Contudo, ressalta-se que, sem implementação de políticas públicas de desenvolvimento humano, não se alcançará tal intento.

Ainda são grandes as vulnerabilidades econômico-sociais do Nordeste; talvez possamos afirmar que, em face do altíssimo grau de dependência regional de transferência de renda, repartido pelo princípio da federação que, na prática, funciona de forma desproporcional e paralelo a essa desproporcionalidade, há uma má gestão dos recursos, no próprio espaço nordestino. Na década de 1960, o volume líquido de emigrantes do Nordeste rural foi de 4,1 milhões, dos quais 42% ficaram retidos no meio urbano regional, com os restantes 58%, seguindo para outras regiões, em especial, para as grandes metrópoles do Sudeste. Já nos anos 1970, aquele volume correspondeu a 4,5 milhões, com as cidades do Nordeste apresentando maior poder de absorção: 63% (2,9 milhões). Isso significa que o Nordeste agrário tem revelado baixíssima capacidade de retenção relativa de crescimento vegetativo de sua população: de 28% dele na década de 1960 para 16% na de 1970. Nos anos 1980, essa capacidade tornou-se negativa, porquanto o Nordeste apresentou redução da sua população rural. Algumas outras características econômico-sociais da população pobre, nos anos 1960, do

Nordeste rural, confirmam a persistência, ali, da situação de grandes carências. Viviam da agricultura de subsistência 83% dos chefes de famílias pobres, cuja renda familiar dependia em 76% daquela atividade.

Os dados apresentados sobre a condição nordestina do campo brasileiro compõem apenas uma síntese do descaso dos Governos federal, estadual e municipal para com os Trabalhadores Rurais do território pesquisado.

Consideramos importante ressaltar que o Nordeste Rural é marcado por vários contrastes: por um lado, parte da região é subdesenvolvida, enquanto que, por outro, ainda há grandes áreas com potencialidades turísticas, agrícolas e sócioeconômicas, mas que tendem a se degradar se não for adotado um planejamento ambiental sustentado na região.

A obra *Vidas Secas*, com sua descrição minuciosa das paisagens e cenários ambientais típicos das zonas semi-áridas nordestinas, torna-se emblemática para problematizar esta questão, uma vez que conta a saga de uma família de retirantes que, pressionados pelos efeitos das secas, atravessam o Sertão em busca de meios para sobreviver. Os personagens “andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes”, para onde milhares de nordestinos fugiram na esperança de uma vida nova em uma terra desconhecida e civilizada, onde cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para a cidade e os meninos freqüentariam escolas, seriam diferentes deles.

Uma primeira reflexão acerca da recorrência à literatura para fins deste trabalho pode ser buscada em Raymond Williams, o qual recorre às fontes literárias não com a preocupação de investigar a veracidade dos relatos, mas, no caso, considera que o importante é recuperá-los para fins de atendimento a uma determinada perspectiva histórica, atentando para os significados que os literatos atribuem ao que está sendo relatado. Para esse autor, as testemunhas citadas não levantam apenas questões de perspectivas e fatos literários, mas também de perspectiva e fatos históricos. A escrita de cada literato está impregnada de elementos de suas vivências pessoais.

Assim, buscar-se-á neste trabalho atingir a historicidade das narrativas da literatura regional do Nordeste brasileiro, através da trama discursiva que constrói sentidos sobre a natureza, especialmente, sobre o fenômeno das

secas e suas interfaces na sociedade, política, economia e cultura das zonas semi-áridas.

A literatura regionalista, por centrar a atenção no percurso e nos dramas vivenciados pelos retirantes em direção a terras desconhecidas, constitui-se como uma importante fonte para o estudo dos processos migratórios decorrentes da região do Semi-árido. Entretanto, consideramos importante salientar que os escritores regionalistas vincularam, no mais das vezes, a migração à seca, privilegiando o aspecto ambiental e explicando a migração como um processo determinado geograficamente ou como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais. Dessa forma, fornecem uma explicação unilateral que naturaliza e justifica os movimentos migratórios apenas como resultado das condições climáticas da região.

Nessa perspectiva, a dimensão histórica, o socialmente construído, aparece como natural. Tal também ocorre quando situamos a migração como fenômeno social atrelado à idéia de imutabilidade, de que em diversos contextos de historicidade, as secas provocam migração no Nordeste. Contrariamente a essa idéia de imutabilidade relativa ao Nordeste e a seca como únicos em espaços e temporalidades diversas, cumpre-nos demonstrar como essas mudanças introduzidas pelas migrações são significativas no jogo das "permanências" ou das mudanças, no jogo político da dominação social, levando-se em consideração, portanto, que essa região e as suas peculiaridades climáticas, é perpassada por mudanças cotidianas, das próprias pessoas que se mudam todos os dias, seja porque estão em migração, seja porque vivem em precariedade.

Estudiosos das relações entre história e natureza, os historiadores, são confrontados com freqüência pela detecção de espaços nos quais as escolhas humanas se mantêm preservadas, não obstante as inegáveis influências do clima, da vegetação, do solo, dos micoroorganismos, e até das tendências genéticas, em suas variegadas manifestações genotípicas e fenotípicas. É certo que a natureza e os fatores sociais e históricos influenciam nossas escolhas até certo ponto, sem, entretanto, determiná-las em absoluto.

O filósofo francês Cornelius Castoriadis, contrapondo-se à idéia de determinidade defendida pelos estruturalistas, afirma que as possibilidades

de criação no domínio de um dado contexto social-histórico, tornam-se possíveis pelo fato de as sociedades humanas serem diversas, autônomas e marcadas por escolhas criativas e particulares. Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. O indivíduo autônomo só existe na e pela sociedade e esta por sua vez sempre é histórica.

Nesse sentido, entendemos que o movimento migratório deve ser compreendido não apenas como uma forma de fugir das secas e da natureza “hostil” e “adversa”; tal mobilidade foi provocada por um sistema que marginalizava os homens livres pobres, uma vez que, apenas eram aproveitados, residualmente, pelo monopólio da propriedade da terra, pelo grande latifúndio e pela presença da mão-de-obra escrava. Migrar seria, em última instância, dizer não à situação em que se vivia, não conformar-se a ela, resgatando sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente.

Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, a fome, a miséria, as epidemias, mas também para buscar um lugar social onde se pudesse driblar o sistema excludente pretendido pelas elites brasileiras. Para superar uma violência que se entrelaçava ao mando local e aos recrutamentos forçados, que permitia contornar a posse desigual das terras, dos latifúndios, fugir das intempéries que inviabilizavam o sobreviver apresentava-se como uma das alternativas mais viáveis.

OLIGARQUIAS RURAIS, VIDAS SECAS E MIGRAÇÃO: O SUL-MARAVILHA E AS MÚLTIPLAS CARTOGRAFIAS IMAGINÁRIAS

Trata-se, aqui, de analisar na literatura regional nordestina como a elite local utilizou-se da idéia de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político; também propomos identificar como a população flagelada que sofria com a falta d'água nessas regiões assoladas pela estiagem, munuiu-se de um conjunto de astúcias com o intuito de superar os momentos de fome e desespero.

Na obra *Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, o historiador e sociólogo Marco Antônio Villa reconstrói a saga

dos retirantes e milhões de flagelados fugitivos da destruição trazida pelas grandes secas, e analisa os principais momentos de devastação econômica e miséria dos sertanejos, provocados pelas contínuas estiagens na região. Situando historicamente as diversas secas que assolaram a região e conduziram à morte de milhares de brasileiros, também menciona a questão de os escritores ligados à literatura regional que tematiza as secas nas zonas semi-áridas, apresentarem a migração para o Sul ou para a Amazônia como estratégias utilizadas pelas elites brasileiras para solucionar o problema.

Caberia, aqui, antes de abordarmos o processo de nomadismo dos trabalhadores nordestinos, em busca de novas geografias, apresentarmos o quadro em que estes se encontravam durante as crises provocadas pela escassez de água na região.

Frederico de Castro Neves aponta o emergencialismo como uma solução encontrada pelas elites do Nordeste para a crise social pungente, que reclamava soluções imediatas. As frentes de emergência contra as secas foram instituídas pelo Governo Federal, em 1979, tendo em vista propiciar uma ocupação permanente à mão-de-obra liberada pela agricultura, em consequência direta da prolongada estiagem. Considera-se, no entanto, que a proposta de “dar ocupação permanente” significava, na prática, recolocar em funcionamento uma economia abalada e em crise, impedindo a mobilidade do homem do campo, para que não houvesse carência de mão-de-obra e para que a exploração econômica da região por parte dos grandes latifundiários fosse mantida. (*Ibidem*).

Muito aquém de solucionar o problema da demanda por trabalho, as frentes de emergência foram uma forma encontrada pelos políticos para ocupar a população flagelada nos “Bolsões da seca”. A ocupação desses trabalhadores foi uma forma de impedir que eles se deslocassem, em grandes levas, para provocar “aglomerações perigosas” nos grandes centros urbanos.

Isto se torna compreensível se levarmos em consideração que, nas primeiras décadas do século XX, muitas cidades nordestinas, alimentavam o ideal de higienizar e modernizar seus ares, a fim de atingirem maiores estágios de *civilidade*, tais como outras cidades brasileiras que, sob inspiração das elegantes urbes européias, levaram a efeito as prolapadas reformas urbanas.

E, para higienizar esses ambientes urbanos, principalmente, quando se tratava de capitais de Estados, era necessário disciplinar os fluxos e segregar populações em espaços modestos ou elitizados. No discurso médico-sanitarista, o pobre, flagelado, não teria recinto nos grandes centros urbanos, que buscavam, através de certas conquistas materiais e simbólicas, modernizarem-se; daí o fato de terem sido incentivados a manterem-se nos campos - e as frentes de emergência constituem-se como uma dessas tentativas - ou, se caso, “invadissem” as cidades, eram expulsos para as periferias ou instigados a buscarem outras paragens.

Além disso, ainda no que se refere ao emergencialismo, pode-se acrescentar que também se oferecia como uma base, a partir da qual, originam-se as urgentes preocupações e propostas para fazer frente à idéia de desertificação, provocada pelas secas, e, evitar o despovoamento progressivo da região do Semi-árido.

Feitas essas considerações, retornamos à problemática abordada no início em relação ao processo migratório provocado pela negligência dos governantes nos momentos de escassez de água e alimentação, conseqüentes das grandes secas. A questão é que, esses programas implementados pelos governos para amenizar o problema dos flagelados, não surtiram o efeito esperado pelas elites, principalmente pela corrupção e incúria governamental que marcou a operacionalização desses projetos.

A análise da história das secas no Nordeste brasileiro revela o descaso a que foi submetida a população da região nos momentos em que tinha de enfrentar o flagelo. Autoridades e governos de todos os níveis, que tinham o dever de amenizar a situação dos flagelados que sofriam sob os efeitos da seca, pareciam estar mais preocupados em tirar dela o melhor proveito, o que reflete a hipocrisia em face da gravidade do problema por parte de setores importantes da sociedade brasileira. (VILLA, *Op. cit.*).

Proposta interessante seria a de analisar na literatura regional nordestina como a elite local utilizou-se da idéia de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político e também a proposta de identificar a forma como a população flagelada que sofria com a falta d'água nessas regiões assoladas pela estiagem munuiu-se de um conjunto

de astúcias com o intuito de superar os momentos de fome e desespero. Os que fazem a elite local do Nordeste e/ou seus representantes no Parlamento e na imprensa, utilizaram-se da idéia de uma natureza “adversa”, que provocaria secas “pavorosas”, como simples meios estratégicos para causar impacto e para sensibilizar, quando o que realmente pretendiam era que os recursos chegassem, reforçando assim o poder econômico e político daqueles que se dizem preocupados com a “miséria” da região.

Significa afirmar que as elites locais utilizaram-se da imagem de uma região seca, “flagelada”, muito mais com o interesse de explorar politicamente o “sofrimento” e a “miséria” daí decorrente. Os parlamentares da região elaboraram uma eficaz rede imagético-discursiva em torno da região do Semi-árido, sedimentando a idéia de um Norte, atual Nordeste, “sofrido” e em crise por ocasião das secas prolongadas, reivindicando a aquisição de alguns equipamentos modernos, sendo as estradas de ferro consideradas o meio mais adequado para prevenir-se contra esse “sofrimento” ou para sua futura prosperidade³. (ARANHA, 2001).

Percebe-se, neste contexto, que, durante muito tempo, o bioma Caatinga foi associado ao deserto e as suas potencialidades foram negadas. Lugar apenas de pedras e espinhos, a microrregião servia à retórica da seca, que beneficiava a políticos oportunistas oriundos de um sistema de coronelato.

Na falta de um combate sistemático aos efeitos das secas por parte das elites políticas brasileiras, milhares de retirantes deixaram os campos e intensificaram os saques e as invasões às grandes cidades. Isto se tornou um grave problema a ser enfrentado pelos governantes da região que começaram a articular meios para solucioná-lo.

Pretendendo fugir a uma análise reducionista na abordagem feita às ações dos saques e das invasões na região, levamos em consideração que se trata, em primeira instância, de “motins da fome”, porém, não esgotamos, aqui,

³ Referimo-nos ao termo Norte por considerar que até fins do século XIX, a geografia do país era dividida em duas grandes regiões monolíticas: Norte e Sul. Embora a idéia desse recorte que hoje chamamos Nordeste já fosse configurada pela imprensa e pelos discursos dos parlamentares da região, somente na primeira década do século XX o Nordeste recebeu essa denominação, quando se começou a implementar os primeiros projetos político de combate aos efeitos das secas, notadamente, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), fundada em 1909. Para saber mais, ver Aranha, 2001.

uma apreciação mais crítica nesta evidência. Esta só será possível, se levarmos em consideração que, os motivos dessas ações diretas, levada a efeito pelos agricultores e desempregados, não se explicam apenas como sendo resultado de atitudes instintivas e irracionais por conta da fome e do desespero a que estavam submetidos. Os trabalhadores que participavam dos saques e das invasões estavam interagindo em um contexto social, político e econômico específico, manifestando seu descontentamento em relação à corrupção e ao descaso dos governantes. Inclusive, o que assegura esta constatação é que, em determinadas situações em que a crise se agravava, os trabalhadores passaram a saquear não apenas feiras e o comércio local, mas passaram a invadir e saquear instituições públicas, principalmente aqueles em que eram armazenados os mantimentos e as verbas para serem distribuídos aos flagelados. (NEVES, 1994).

Diante deste problema, as elites políticas da região começaram a articular discursos de incentivo ao deslocamento das populações atingidas pelas secas para outras regiões do país, tanto para o Sul, que se transformou no “Eldorado mítico” dos nordestinos expulsos do Semi-árido, - como podemos observar nos romances da literatura regional que abordam essa temática - como também para a Amazônia, para onde se formou um grande êxodo de trabalhadores nordestinos em direção às terras dos seringueiros. (GUILLEN, 2006).

Não estava nos planos oficiais do Governo Federal destinar recursos para enfrentar as secas ou, efetivamente, desenvolver a região. Mantinha-se o discurso da necessidade de modernizar o Nordeste e a ênfase ainda era dada à industrialização, abandonando o Sertão seco à própria sorte.

E modernizar significava, antes de mais, superar a seca, considerada como sendo o maior obstáculo imposto pela natureza ao desenvolvimento da região. Nesse sentido, constata-se que, ao invés de buscar alternativas que propiciassem a convivência da população que vivia na miséria, em decorrência das secas prolongadas, a imagem que se construía em relação à natureza e seus fenômenos climáticos, era de “adversidade” e “pavor”.

Observa-se que desde o século XIX, a natureza semi-árida era percebida como principal causa dos problemas da região, e, as elites regionais utilizaram-se amplamente dessa idéia para obtenção de maiores benefícios. A noção de

que o clima Semi-árido era o principal responsável pelo atraso do Nordeste, marcou profundamente o imaginário regional e nacional, revelando-se a percepção na qual o determinismo da natureza estava implícito. A imagem de uma natureza “adversa” condena a região e seu povo à miséria, à pobreza e ao sofrimento.

Nessa perspectiva, a seca deixa de ser vista como um fenômeno natural representado pela estiagem prolongada e torna-se o símbolo identificador do Nordeste e de todos os problemas sócio-econômicos que são peculiares a uma natureza “hostil”, como miséria aguda, doenças ou epidemias, fome, analfabetismo, enorme migração, choro, desespero, etc.

Vale lembrar também que, atribuir à seca esta pensada como fenômeno da natureza ou como vontade divina como sendo responsável por todos os problemas do Nordeste, constituiu-se, também, em uma forma de as elites políticas escamotear os problemas sócio-econômicos e a fome que assolava a população da região.

Graciliano descreve em *Vidas secas* uma geografia criada por uma família de retirantes que foge do Sertão em busca de uma cidade imaginária, onde a fartura e a dignidade lhes seriam restituídos. Estes são momentos marcados pela emoção, bravura e sofrimento das “vidas secas” que mantêm profundos laços e raízes afetivas pelo lugar, mas que se vêem submetidas a buscarem melhores condições de sobrevivência em virtude dos (des)mandos sociais e políticos que os destituem dos direitos que lhes são mais fundamentais.

“Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos” (RAMOS, 1996, p. 3): a família de retirantes busca terras desconhecidas, onde correria leite e mel, imagens de suas cartografias imaginárias a que, certamente nunca alcançaram. Eram “infelizes” não pelo clima, pela natureza regional, mas pelos problemas sociais que os destituíam da posse da terra, da água, etc.. Espetáculo natural marcado pela fantasia que a perseguia e a impulsionava. Percursos marcados pela fé, a dor, a fome e o sofrimento. Cenários construídos que retratam homens, natureza, rios, animais, paisagens típicas da região. “A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas”, “A fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida”. Eis um das descrições do sertão seco do Nordeste, que não é predominante, entretanto,

nas imagens configuradas na literatura, que também abordam os períodos de chuva, de fartura e prosperidade no ambiente dos sertões.

O trecho a seguir delinea alguns matizes da saga desses “videntes” marcadas por uma seqüência de sofrimento, resignação e desespero, mas também de alegria, esperança e sentimentos topofílicos à terra e à natureza, sobretudo nos períodos de inverno:

Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo agüentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente. [...] O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram a fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava. (*Ibidem*, p. 5).

Esse trecho figura um desses momentos de esperança de uma vida feliz no ambiente de caatinga. A imagem da nuvem assinala a perspectiva da chegada de inverno no sertão e de um período de relativa estabilidade em interação com esse ambiente, o que assinala que a literatura não homogeneiza as representações das paisagens do Semi-árido como sendo apenas seca, “inóspita”, “adversa”, “hostil”.

Os objetivos de modernizar a região não foram concretizados, as medidas governamentais foram adotadas com atraso e eram insuficientes diante da extensão do flagelo, o desespero dos sertanejos não parava de aumentar.

O percurso continuava, muitos bateram em retirada por uma esperança que os guiou em busca de uma Terra prometida, de um Eldorado mítico, de um Vale da promessa.

MARCHA PARA O OESTE: FIGURA MÍTICA, A AMAZÔNIA COMO VALE DA PROMISSÃO

A migração nordestina em direção às terras amazônicas remonta ao final do século XIX, sobretudo a partir da grande seca de 1877 e foi intensificada a partir do início da Segunda Grande Guerra. Em 1938, Getúlio Vargas e os ideólogos do Estado Novo colocavam a Amazônia, efetivamente, na campanha nacional da Marcha para o Oeste que representaria a idéia de uma nação em movimento em busca da conquista, da expansão e do “verdadeiro sentido da brasilidade”.

As autoridades do Estado Novo elaboraram uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, presente na literatura que tem como tema o seringal, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promoveria a colonização da região, bem como seu saneamento.

A Amazônia tinha a vocação mítica de tornar-se uma Canaã que, guiada por um redentor, Getúlio Vargas, retiraria do deserto o povo escolhido, os nordestinos que, no Cativeiro, tinham sido vítimas da opressão e submetidos ao descaso por muitas gerações. Logo estes que até então padeciam no deserto e há muito esperavam pela remissão seriam levados a um grande êxodo e guiados pelo grande líder em direção ao Vale da Promissão. Tal era a mística da libertação e simbologia cristã contida nas imagens trabalhadas discursivamente durante o Estado Novo. (GUILLEN, 2006).

A proposta inicial de se buscar, a todo custo, manter os flagelados nordestinos em suas regiões de origem a fim de impedir os fluxos para as capitais, através da implementação de programas emergenciais que visavam fixar os trabalhadores no campo, logo foram descartadas e a migração interna perdeu o seu sentido funesto que muitos lhes atribuíam até então e passou a ser considerada como fator de desenvolvimento e solução para alguns problemas. Em primeiro lugar, para os nordestinos que buscariam uma terra promissora que lhes proporcionassem melhores condições de vida e também diminuiria as responsabilidades do Estado em face dos problemas sociais nordestinos.

Caberia ainda acrescentar que a colonização do interior do Brasil asseguraria a soberania do país nas fronteiras daquela região.

Convém ressaltar que quando tratamos da propaganda política do período varguista incentivadora da migração nordestinos em direção ao “vale prodigioso” da Amazônia, não estamos considerando-a como tendo o poder de efetivá-la por si só, mas levamos em consideração a multiplicidade de anseios, de desejos e de escolhas criativas desses trabalhadores.

A *Batalha da Borracha* foi uma campanha nacional implementada durante a Segunda Guerra Mundial, em pleno governo de Getúlio Vargas, como resultado de acordos firmados com os Estados Unidos, em março de 1942, que objetivavam aumentar a produção de matérias-primas estratégicas para a guerra, tais como a borracha e alguns minerais. Em troca, os acordos de Washington previam a ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil como material bélico, financiamento para programas de saneamentos e abastecimento alimentar, dentre outros.

A partir de 1940, antes de o Governo assinar os acordos com Washington, já havia, ainda que de forma dispersa, uma prática que incentivava a migração para a Amazônia como forma de resolver, ao menos em parte, o problema da seca, que já grassava pelo Sertão do Nordeste e dos problemas sociais dela decorrentes.

A migração passava agora a ser incentivada como uma operação estratégica, pois através dos Acordos firmados com o Governo estadunidense, seria necessário ampliar o deslocamento de trabalhadores nordestinos para prover de mão-de-obra os seringais com o objetivo de intensificar a produção de borracha e suprir as necessidades bélicas dos aliados.

Percebemos, neste cenário, que a idéia de “Vale da Promissão” constantemente incentivada pela propaganda política no governo de Vargas, tanto nas campanhas da Marcha para o Oeste quanto na Batalha da Borracha, ampliaram os horizontes de expectativas para os camponeses nordestinos, que acreditaram que teriam facilidades para conseguir terras, água e recursos. Entretanto, logo se observa que os migrantes sentiram os descompassos entre a propaganda política e a vida cotidiana nas hospedarias e trataram de reivindicar os direitos apregoados.

Com o término do Estado Novo, o discurso amplamente difundido no Nordeste quando do recrutamento dos trabalhadores de que os seringais amazônicos ofereciam a possibilidade de enriquecimento rápido, desfazia-se diante dos migrantes que retornavam.

Errantes da selva, os trabalhadores nordestinos que migraram para a Amazônia não encontraram o Vale da Promissão ou a terra de Canaã que o Governo havia prometido, pelo contrário, como afirmou Euclides da Cunha ao palmilhar essas terras desérticas e ignotas, penetraram pelas duas portas no inferno dantesco dos seringais. Considerando esse movimento migratório como anárquico e desordenado, afirma que o estado social, a instabilidade e fraqueza com que chegavam, as péssimas condições de trabalho no seringal, a falta de uma alimentação adequada, o escritor considera que o inferno se revela o lugar onde o homem “trabalha para escravizar-se”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alternativa para a permanência de mulheres e homens no meio rural nordestino poderá ser revertida em médio prazo, se o poder estatal implementar políticas públicas que levem em consideração as reais potencialidades do espaço geográfico; também é necessário que, por meio de um viés dialógico, formule com os atores sociais envolvidos um *Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido do Nordeste*. Contudo, o diferencial desse plano não está apenas na formatação do financiamento bancário, nem na “pura” doação de terras, muito menos, nas políticas assistencialistas das frentes de emergência de combate à seca; reside no *novo arranjo socioproductivo dos recursos naturais*. Significa afirmar que deverá ser *construído um projeto socioeconômico-ambiental*, no seio da comunidade local, que agregue, além dos aspectos positivos já incluídos nos projetos tradicionais, valores e idéias geradas no âmbito local, que certamente contribuirão com a eficiência e eficácia do projeto, com melhorias reais de qualidade de vida e preservação ambiental.

Esses diferenciadores *rearranjos dos recursos naturais* ainda são pontuais e deveriam ser estimulados pelo poder público, por instituições

educacionais e organizações não-governamentais. Devem ser criados incentivos fiscais, entre outros benefícios da relação público-privado para empresas que venham a se instalar na região do Semi-árido do Nordeste, desde que estas respeitem o *princípio da conservação ambiental*, contribuindo, assim, com o desenvolvimento sustentável.

A consequência dessa propositura poderá contribuir com a diminuição do fluxo migratório de mulheres e homens do território campesino para as grandes metrópoles, além de desenvolver sustentavelmente a região e diminuir o desemprego dos trabalhadores rurais. (BARBOSA, 2007).

Alguns pesquisadores têm enfatizado que a produtividade agrícola da região apresenta uma tendência de queda, sobretudo quando comparada com as áreas mais dinâmicas do Brasil e que a população na faixa etária intermediária tende a abandonar o Semi-árido permanecendo no local apenas os mais novos e idosos, boa parte deles aposentados. Um reflexo desse quadro de redução da atividade econômica é a importância crescente que as transferências governamentais (aposentadoria, FPM, etc) passam a ter na circulação da renda na região Semi-árida. Não há respostas adequadas para os questionamentos e discussões acerca das potencialidades dos ecossistemas do Bioma Caatinga. Entretanto, é unanimidade que, mais do que nunca, é preciso desenvolver um trabalho sistemático de incentivo e de valorização desse espaço. E o primeiro passo para se iniciar essa ação é começar a valorizar o seu potencial econômico (LOPES & TEUCHLER, 2002).

A análise das historicidades que permearam a criação artística dos escritores ligados ao regionalismo nordestino de 1930, notadamente, do romance *Vidas Secas*, um dos seus maiores ícones, permitiu-nos elencar um conjunto de elementos simbólicos e imagens que cristalizaram o imaginário do Semi-árido, tanto no nível regional quanto nacional.

Tentamos demonstrar, ao longo deste transcurso, como as secas deixaram de ser consideradas como um fenômeno natural e passaram a ser associadas a todos os tipos e possibilidades de problemas sócio-econômicos do Nordeste brasileiro. Grupos político-oligárquicos da região através de seus representantes no parlamento e/ou na mídia, passaram a se utilizar da imagem de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder

econômico e político. São os chamados “industriais da seca” (latifundiários, prefeitos, deputados e governadores) que, através dos “votos de cabresto”, garantiam o poder regional. Estes mandatários do Nordeste faziam questão de identificar a seca como algo incerto, imprevisível, e atribuíam toda a sorte de problemas a este fenômeno natural.

A corrupção e a inoperância das elites políticas brasileiras em relação à busca de soluções para os efeitos das secas prolongadas na região Nordeste, levaram os segmentos sociais mais prejudicados e excluídos das decisões e das divisões dos bens sociais, a elaborarem um conjunto de imagens e mitos, e a buscarem novas paragens, geografias desconhecidas, presentes apenas no imaginário das pessoas que idealizaram esses novos solos e essas visões do Paraíso, como o Vale da Promissão, o Eldorado mítico, etc.

Este ensaio propõe uma reflexão em torno das conseqüências das secas no Nordeste brasileiro, sendo uma delas o nomadismo, tentando identificar as alterações que esse processo migratório provocou nas relações entre campo e cidade. Trata-se de compreender a história dos retirantes ou fugitivos (das secas) que saíram em busca de novos territórios na esperança de encontrarem melhores condições de sobrevivência e que se tornaram um problema para as elites regionais que logo elaboraram estratégias para retirá-los da região e enviá-los para outras terras.

Situar os processos migratórios como decorrentes das secas, construindo a imagem de uma região e de uma natureza hostil, adversa e imutável, seria lançar mão de idéias deterministas, em que a geografia e o meio ambiente são colocados como responsáveis pelos maiores problemas dessa sociedade. Pretendemos, ao longo deste ensaio, situar o homem nordestino como criador de diversos contextos de historicidade no domínio social.

Muito além de naturalizar os problemas dessa sociedade, elencamos um conjunto de fatores: mando local, recrutamentos forçados, que permitiam contornar a posse desigual das terras, dos latifúndios, um conjunto de intempéries que inviabilizavam o sobreviver, como responsáveis por impulsionarem o homem nordestino migrante a elaborar linhas e meios para fugir das péssimas condições de vida em que estava imerso. Significa, portanto, colocar o trabalhador nordestino como criativo, como agente e sujeito

de sua própria subsistência, em busca de dias melhores e de uma terra prometida, onde correria leite e mel.

O sonho e a busca por Canaã permanece, mas, com novas roupagens, novos personagens, outras fugas, trajetórias variadas, eldorados que se transformaram até mesmo no imaginário destes homens, as vidas secas que habitam esta natureza agreste. A saga desses sertanejos continua, mas enquanto gerações se sucedem, o Nordeste não é mais o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2001.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; ALMEIDA JÚNIOR, Hélio Santa Cruz de. O trabalhador rural na região Nordeste. In: *Trabalhador rural: uma análise no contexto sociopolítico, jurídico e econômico brasileiro*. Curitiba, PR: Juruá, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIAPPINI, Lígia. Raquel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 159-176.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria das secas: o caso da Paraíba*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 304 p.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico (1294-1324)*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIANO NETO, Belarmino. *Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2001. 206p.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

MATTOS, Izabel Missagia de. “*Civilização e revolta*”: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza, CE: SECULT, 1994. 198p. (Coleção Teses Cearenses).

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888)*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

PEREIRA, D. D. Potencialidades da Produção Sustentável e Preservação Ambiental nas Áreas Susceptíveis ao Processo de Desertificação. In: Combate a Desertificação: Um Desafio para a Escola. MEC/SED/TV Escola/Salto para o Futuro. Boletim 08. 2006a. 74 p.

_____. Quando as políticas públicas auxiliam o processo da desertificação: o caso do Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. (ORG.) Agricultura Familiar e Desertificação. João Pessoa, PB: EDUFPB, 2006b, 300p.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo: Record, 1996.

REGO, José Lins. *Usina: romance*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000. 269 p.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.